

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Trabalhos publicados</i>	5
<i>Breve currículo do autor</i>	11
<i>Nota à 3ª edição</i>	15
<i>Siglas e abreviaturas</i>	19

TÍTULO I

ORIGENS, CONCEITO E VALOR

DO INQUÉRITO CIVIL

CAPÍTULO 1

ORIGENS

1. Antecedentes.....	41
2. A Lei n. 7.347/85.....	44
3. Mecanismos investigatórios fora do inquérito civil.....	45
4. A legislação subsequente.....	46

CAPÍTULO 2

CONCEITO E VALOR

1. Conceito de inquérito civil.....	47
2. Peças de informação e procedimentos preparatórios.....	49
3. Natureza jurídica.....	49
4. Função institucional ou instrumento de atuação?.....	50
5. Inquérito civil e inquérito policial.....	51

6.	Dispensabilidade.....	51
7.	Prazo de conclusão	53
8.	Valor da prova indiciária	53
9.	Crítica ao instrumento	55

TÍTULO II

INSTAURAÇÃO

DO INQUÉRITO CIVIL

CAPÍTULO 3

A INSTAURAÇÃO

1.	Generalidades	61
2.	Fases do inquérito civil	62
3.	As formalidades de instauração	63
4.	O direito de petição	64
5.	Finalidades do inquérito civil	66
6.	O inquérito civil e a privacidade do indiciado	66
7.	Aplicação subsidiária do Código de Processo Penal	67

CAPÍTULO 4

COMPETÊNCIA

1.	O local do dano	69
2.	Competência absoluta	70
3.	Os paradoxos da Lei n. 9.494/97	71
4.	Interesse da União e de vários Estados	73
5.	Disputa sobre direitos indígenas	75
6.	A autoridade competente para a instauração do inquérito civil	76
7.	A instauração do inquérito civil sob a Lei de Improbidade Administrativa	79
8.	Cartas precatórias	82

9.	Conflitos entre membros do Ministério Público	83
10.	Conclusões.....	84

CAPÍTULO 5

IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO

1.	Distinções.....	85
	a) Generalidades.....	85
	b) Impedimento em sentido lato	85
	c) Impedimentos e motivos de suspeição para fins processuais	86
2.	Impedimento e suspeição nos inquéritos civis	88
	a) Interesses transindividuais	88
	b) Arquivamento do inquérito civil	88
	c) Conversão em diligência	91
	c) Aconselhamento às partes	92
3.	Arguição do impedimento ou da suspeição	94
4.	Incompatibilidade de acumular funções conflitantes	96

CAPÍTULO 6

MODO DE INSTAURAÇÃO

E OBJETO

1.	Instauração por portaria ou despacho	97
2.	A provocação para instaurar o inquérito civil.....	100
3.	Delação anônima e notícias da imprensa	103
4.	O objeto do inquérito civil	105
5.	Investigações do Ministério Público para fins penais.....	109
6.	Controle administrativo de cláusulas contratuais	112
7.	A inconstitucionalidade de leis em tese	113
8.	A investigação de direitos	118
9.	Lesões a interesses transindividuais	119
10.	Lesões a interesses individuais homogêneos	120
11.	A discricionariedade administrativa.....	123
12.	O controle do ato omissivo	126
13.	A defesa do patrimônio público e social	126
14.	O enriquecimento ilícito de administradores públicos.....	128
15.	As lesões a contribuintes	129

CAPÍTULO 7

A NOTÍCIA DO FATO

A SER INVESTIGADO

1. O ilícito civil e o ilícito penal133
2. A determinação do fato a ser investigado.....134

CAPÍTULO 8

PROCEDIMENTOS ANÁLOGOS

AO INQUÉRITO CIVIL

1. Procedimentos preparatórios137
2. Peças de informação141
3. Conclusão143

CAPÍTULO 9

EFEITOS DA INSTAURAÇÃO

1. Generalidades145
2. Óbice à decadência146
3. Eficácia em juízo147
4. Efeitos penais147
5. As testemunhas e os indiciados149
6. Os co-legitimados151
7. Diligências sem inquérito civil.....152

CAPÍTULO 10

CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES

1. Conflito entre membros do mesmo ramo do Ministério Público ...153
2. Conflitos entre membros de Ministérios Públicos diversos154
3. Procedimento nos conflitos de atribuições156
4. O alcance da decisão do conflito.....157

TÍTULO III
INSTRUÇÃO DO
INQUÉRITO CIVIL

CAPÍTULO 11

COLETA DE INFORMAÇÕES

1.	As provas em geral	161
6.	Os indícios	165
3.	Provas ilícitas	167
4.	A busca da verdade real	168
5.	Controle dos prazos	168
6.	Retirada de autos	169

CAPÍTULO 12

PERÍCIAS E INSPEÇÕES

1.	As perícias	171
2.	As inspeções	174

CAPÍTULO 13

NOTIFICAÇÃO, REQUISIÇÃO E
CONDUÇÃO COERCITIVA

1.	Notificações	177
2.	Condução coercitiva	178
3.	Cartas precatórias	179
4.	Requisições	179
5.	O âmbito das requisições	182
6.	Forma da requisição ou da notificação	182
7.	Requisição de informações eleitorais e bancárias	183
8.	Requisições à autoridade policial	183
9.	Desatendimento à requisição	183
10.	Controle de legalidade	187

CAPÍTULO 14

PUBLICIDADE E SIGILO

1.	O princípio da publicidade na Administração.....	189
2.	As matérias sigilosas.....	190
3.	A publicidade e o inquérito civil.....	191
4.	O advogado e o sigilo no inquérito civil.....	195
5.	Requisições em matéria sigilosa.....	196
6.	O particular e o acesso à informação.....	200
7.	A privacidade do investigado.....	201
8.	A privacidade do denunciante.....	203

CAPÍTULO 15

O INVESTIGADO E O ADVOGADO

NO INQUÉRITO CIVIL

1.	Generalidades.....	205
2.	É possível o contraditório no inquérito civil?.....	207
3.	Estratégia do advogado.....	210

TÍTULO IV

ARQUIVAMENTO

DO INQUÉRITO CIVIL

CAPÍTULO 16

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

1.	Generalidades.....	215
2.	É constitucional o arquivamento do inquérito civil?.....	217
3.	O arquivamento de quaisquer peças de informação.....	218
4.	A fundamentação do arquivamento.....	218
5.	A reabertura do inquérito civil já arquivado.....	220

CAPÍTULO 17

ARQUIVAMENTO IMPLÍCITO

1.	Generalidades	221
2.	Paralelo com o inquérito policial	224
3.	Quem provoca a revisão do arquivamento.....	227
4.	Controle do arquivamento implícito.....	228

CAPÍTULO 18

ARQUIVAMENTO DE OUTROS

PROCEDIMENTOS ANÁLOGOS

1.	Generalidades	229
2.	O arquivamento de outros inquéritos civis que não os da Lei n. 7.347/85	230
3.	O arquivamento de representações ou requerimentos	231
4.	O sistema de controle analógico de arquivamento	233
5.	Casos que não estão sujeitos à revisão colegiada.....	234

CAPÍTULO 19

O PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE

1.	A obrigatoriedade e a indisponibilidade na atuação do Ministério Público	237
2.	O arquivamento do inquérito civil e o princípio da obrigatoriedade ..	238
3.	A necessidade de exaurir a investigação.....	240

CAPÍTULO 20

CONTROLE DO ARQUIVAMENTO

1.	Generalidades	241
2.	Inquéritos civis arquivados pelo procurador-geral	242
3.	A remessa do inquérito civil ao colegiado competente.....	242
4.	A falta grave.....	243

5. Papel do colegiado competente244

CAPÍTULO 21

TRAMITAÇÃO NO

COLEGIADO COMPETENTE

1. A competência.....245
2. As providências prévias.....246
3. Os impedimentos.....247
4. A sessão pública de julgamento.....248
5. Tramitação dos recursos.....249
6. Os compromissos de ajustamento.....249

CAPÍTULO 22

ARRAZOAMENTO PERANTE

O COLEGIADO COMPETENTE

1. Arrazoamento pelas associações civis.....251
2. Arrazoamento pelos demais legitimados e por terceiros253

CAPÍTULO 23

O PODER REGIMENTAL

DO ÓRGÃO COLEGIADO

1. Matéria regimental.....255
2. Atribuição regimental exclusiva.....256

CAPÍTULO 24

A DECISÃO DO

COLEGIADO COMPETENTE

1. A deliberação257

2. As qualidades do sistema de controle por um órgão colegiado..... 260
3. A atuação consultiva do colegiado..... 261
4. Recomendações diversas 261

CAPÍTULO 25

A DESIGNAÇÃO

1. A designação em caso de rejeição do arquivamento 263
2. A designação em caso de conversão em diligência 263
3. A expedição do ato de designação 265
4. A delegação 267

CAPÍTULO 26

EFEITOS DO ARQUIVAMENTO

1. O arquivamento e os co-legitimados 271
2. O arquivamento e o Ministério Público..... 272
3. A reabertura do inquérito civil..... 273
4. A quem compete reabrir o inquérito civil? 280

TÍTULO V

RECURSOS,

CONTROLE DE LEGALIDADE

E NULIDADES NO INQUÉRITO CIVIL

CAPÍTULO 27

RECURSOS NO INQUÉRITO CIVIL

1. Generalidades 285

2.	Recursos contra a instauração e a não-instauração do inquérito civil.....	286
3.	Normas regimentais.....	289

CAPÍTULO 28

CONTROLE DE LEGALIDADE

SOBRE A INSTAURAÇÃO

1.	Controle de legalidade	293
2.	Competência jurisdicional para o <i>habeas-corpus</i>	295
3.	Competência jurisdicional para o mandado de segurança e o <i>habeas-data</i>	296
4.	Normas regimentais.....	297
5.	Conclusão	298

CAPÍTULO 29

CONTROLE DE LEGALIDADE

E NULIDADES NA INSTRUÇÃO

1.	O controle de legalidade	299
2.	Nulidades	300

TÍTULO VI

COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO

CAPÍTULO 30

O AJUSTAMENTO

DE CONDUTA

1.	A possibilidade de transigir	303
----	------------------------------------	-----

2.	Antecedentes do compromisso de ajustamento.....	304
3.	A criação do compromisso de ajustamento.....	308
4.	A questão do veto ao compromisso de ajustamento.....	310
5.	Quem pode tomar o compromisso	315
6.	Quem pode obrigar-se	318
7.	Características do título	318
8.	Objeto	320
9.	Transações no curso do inquérito civil	321
10.	Compromissos preliminares.....	321
11.	Acordos em juízo	322
12.	Recomendações e Súmulas do Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo	323
13.	Dispositivos regimentais.....	325
14.	Revisão e rescisão do compromisso	327

CAPÍTULO 31

EFEITOS DO COMPROMISSO

DE AJUSTAMENTO

1.	Início da eficácia	329
2.	A limitação da responsabilidade	331
3.	A discordância dos interessados	332
4.	A discordância dos indivíduos lesados	335
5.	A natureza do título executivo.....	336
6.	A questão terminológica	337

CAPÍTULO 32

AS VEDAÇÕES AOS

COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO

1.	Generalidades	339
2.	A vedação contida na Lei de Improbidade Administrativa	341

TÍTULO VII

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E RECOMENDAÇÕES

CAPÍTULO 33

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

1. Generalidades	345
2. O objeto das audiências públicas	347
3. A designação de uma audiência pública	349
4. As providências preliminares	349
5. Quem pode participar da audiência	350
6. O desenvolvimento dos trabalhos	351
7. Conclusão da audiência pública	352
8. A avaliação da audiência pública	353

CAPÍTULO 34

RECOMENDAÇÕES

1. Generalidades	355
2. O procedimento para expedir recomendações	355
3. As normas paulistas	356
4. A natureza jurídica das recomendações	357

TÍTULO VIII

RESPONSABILIDADE DO

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CAPÍTULO 35

RESPONSABILIDADE CIVIL,

PENAL E ADMINISTRATIVA

1. A responsabilidade dos agentes públicos	361
--	-----

2.	A responsabilidade do membro do Ministério Público	362
3.	A atividade opinativa	363
4.	A questão da responsabilidade por culpa	363
5.	A ação de responsabilidade civil	364
6.	A denúncia da lide	364
7.	A responsabilização por medida provisória	364
8.	Responsabilidade política	364
9.	Conclusões	365

ANEXOS

Legislação

1.	Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985	369
2.	Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (arts. 26 e 90 — dispositivos do CDC que aludem ao inquérito civil)	374
3.	Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (LC paulista n. 734/93 — arts. 105-113, que aludem ao inquérito civil)	376

<i>Resolução n. 23/07 do CNMP</i>	379
---	-----

<i>Ato Normativo n. 484/06 do CPJ-SP</i>	387
--	-----

<i>Ato n. 168/98 da PGJ-CGMP-SP</i>	415
---	-----

<i>Normas Regimentais do Conselho Superior do Ministério Público</i>	427
--	-----

<i>Súmulas do Conselho Superior do Ministério Público</i>	439
---	-----

Modelos

1.	Portaria inicial de inquérito civil	461
2.	Convite para comparecimento	463
3.	Notificação	464
4.	Termo de declarações	465
5.	Solicitação (ou requisição) de certidão (ou documentos)	466
6.	Quesitos para perícias ambientais mais comuns	467
7.	Compromisso de ajustamento	469
8.	Promoção de arquivamento	471
9.	Cópia autêntica de peças do inquérito civil	473
10.	Petição inicial de ação civil pública	474
11.	Convocação para audiência pública	476
12.	Ata de audiência pública	479

<i>Bibliografia específica</i>	481
--------------------------------------	-----

<i>Índice alfabético-remissivo</i>	487
--	-----